

b o l e t i m



DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ESTRUTURAS SINDICAIS
JANEIRO/FEVEREIRO 2007



A 11 de FEVEREIRO, VOTA SIM À DESPENALIZAÇÃO!!

Para o PCP, **SIM** é a única resposta possível quando, dia 11, os portugueses responderem à pergunta *"Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção das mulheres, nas primeiras 10 semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?"*

Não porque se aprove o aborto como acto em si ou como método contraceptivo, mas porque o aborto clandestino existe como último recurso de muitas mulheres e porque é um problema de saúde pública. **E porque é um problema de saúde pública, é um problema de toda a sociedade e de todos os portugueses, homens e mulheres!**

Para o PCP, a resolução deste problema não passava por um referendo, mas sim pela aprovação de uma lei pela Assembleia da República. Por isso nos batemos e lutamos há mais de 20 anos!

Por isso não podemos hoje ficar calados, por isso aí estamos, com campanha própria em defesa do SIM! Porque só assim é possível contribuir e promover o esclarecimento das pessoas, porque só assim é possível

dinamizar uma participação eleitoral a favor do SIM!

SIM, porque é urgente acabar com investigações, julgamentos e condenações (que podem ir até 3 anos de prisão) de mulheres que interrompem a gravidez.

As mulheres que recorrem ao aborto, não o fazem de ânimo leve, bem pelo contrário! Sozinhas ou acompanhadas, tomam essa difícil decisão porque, por variadas razões de índole económica ou social, intrinsecamente ligadas às suas condições de vida e de trabalho, não têm condições para ter filhos. Fazem-no com uma dor profunda e uma mágoa que as acompanhará por toda a vida.

(Continua na última página)

ACONTECEU

No passado dia **19 de JANEIRO**, cerca de 200 dirigentes, trabalhadores e activistas sindicais da Organização Regional de Lisboa reuniram-se no Pavilhão Gulbenkian da escola A Voz do Operário para um jantar de convívio.

A iniciativa contou com a presença do camarada **Jerónimo de Sousa**, Secretário-Geral do PCP e dos camaradas **Francisco Lopes** e **Rosa Rabiéis**, membros da Comissão Política do PCP. Também na mesa, e a representar os 42 trabalhadores em estruturas sindicais presentes, esteve **Cesaltina Lopes**, membro do secretariado da célula da CGTP-IN.



Na sua intervenção, Jerónimo de Sousa apelou à mobilização de todos os militantes nas acções de esclarecimento em favor do SIM à despenalização do aborto. A terminar, uma forte crítica ao Governo PS de Sócrates que, sistematicamente, teima em praticar políticas de apoio ao patronato, agora promovendo a flexi-segurança que, com o objectivo de liberalizar os despedimentos, quebra uma vez mais a promessa de defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa. O Secretário-Geral fez ainda referência ao papel insubstituível dos comunistas na luta de massas e apelou ao

contributo que dão para o reforço da CGTP-IN e do Movimento Sindical Unitário, sublinhando a necessidade de mobilização para a **jornada de luta de 2 de Março**.

No dia **25 de JANEIRO**, militantes e activistas estiveram presentes na **União das Associações do Comércio**, para assistir ao lançamento do livro **Sim! Despenalizar o Aborto. Proteger a Maternidade e Paternidade. Garantir o Planeamento Familiar e a Educação Sexual**. Esta iniciativa contou com a participação de **Jerónimo de Sousa**, Secretário-Geral do PCP

No dia **30 de JANEIRO**, o PCP marcou a abertura da campanha oficial para o referendo com uma **Arruada** entre o Chiado e a Rua Augusta, com a participação do Secretário-Geral do PCP, **Jerónimo de Sousa**. Esta acção de esclarecimento contou com a presença de centenas de militantes e activistas.

AGENDA

DIA 07 FEVEREIRO COMÍCIO DO PCP

Fórum Lisboa
21h00

Com a presença de **Jerónimo de Sousa**,
Secretário-Geral do PCP

DIA 09 FEVEREIRO JANTAR

Encerramento da Campanha
Casa do Alentejo - 19h30

Com a presença de **Jerónimo de Sousa**,
Secretário-Geral do PCP

DIA 02 MARÇO

14h30 - Saldanha

Manifestação Nacional da CGTP-IN

DIA 10 MARÇO

Comício do 86º Aniversário do PCP
Lisboa

EDITORIAL

Dinamizar e intensificar a luta por uma política de esquerda. Reforçar o PCP!

O Comité Central do nosso Partido, na sua reunião de 12 e 13 de Janeiro, analisou a situação política nacional e definiu as linhas orientadoras para a acção do PCP neste início do ano e aprovou uma importante Resolução sobre o Reforço do Partido em 2007 - Consolidar, crescer, avançar! que, partindo da nossa concepção de organização como o instrumento mais eficaz e decisivo para concretizarmos os nossos objectivos na luta que travamos contra o capital, contra a exploração, pela defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e da população em geral e pela transformação revolucionária da sociedade.

No balanço efectuado à concretização da Acção "Sim é possível um PCP mais forte!" dos principais avanços positivos destaca-se: a responsabilização de 1400 quadros (712 com menos de 35 anos) em organismos de direcção e por outras tarefas; a participação de 750 quadros em cursos de formação; o recrutamento de 2376 novos militantes durante o ano de 2006, dos quais cerca de 35% são jovens com menos de 30 anos; os progressos na organização e intervenção junto da classe operária e dos trabalhadores nas empresas e locais de trabalho (embora estes progressos tenham dimensão diferenciada e ainda insuficiente).

O Comité Central definiu quatro áreas prioritárias de consolidação e avanços no reforço do Partido: a responsabilização de quadros associada à formação política e ideológica; o reforço da organização e intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores, procedendo ao levantamento rigoroso da situação existente, elevando o número de camaradas organizados, recrutando novos militantes; o estímulo ao funcionamento efectivo das organizações de base; o crescimento do

existente, elevando o número de camaradas organizados, recrutando novos militantes; o estímulo ao funcionamento efectivo das organizações de base; o crescimento do volume de receitas, em particular da quotizações dos militantes, aumentando o número de camaradas com as quotas em dia. No âmbito da nossa Organização dos Trabalhadores em Estruturas Sindicais, o Organismo de Direcção efectuou o balanço da actividade desenvolvida em 2006 e aprovou o plano de trabalho para 2007.

São grandes os desafios que se nos colocam e a que teremos de dar resposta imediata: intervenção activa na Campanha pelo SIM no referendo de 11 de Fevereiro sobre a descriminalização da Interrupção Voluntária da Gravidez o aborto clandestino existe - é urgente mudar a lei; e desenvolvimento e intensificação da luta de massas contra a política de direita, resistindo contra a brutal ofensiva do governo do PS, desde já com a mobilização dos trabalhadores para a acção nacional de luta convocada pela CGTP-IN para o dia 2 Março.

A nossa organização dará certamente um valioso contributo para uma grande participação e empenhamento dos trabalhadores em estruturas sindicais nestas importantes batalhas.

Organização dos TES Plano de Trabalho para 2007

O ano de 2007 coloca-nos grandes desafios aos quais teremos de dar resposta, nomeadamente: continuar e intensificar a resistência e a luta contra a política de direita levada a cabo pelo Governo do PS, por uma política de esquerda que sirva verdadeiramente os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, do povo e do país, participando activamente na mobilização para as acções de luta, nomeadamente para a grande Manifestação Nacional do dia 2 de Março.

Continuar o trabalho de reforço do nosso Partido, da sua intervenção e iniciativa política. Intervir activamente na actividade geral do Partido, nomeadamente na Campanha pelo SIM no Referendo à IVG de 11 de Fevereiro, na construção e realização da Festa do Avante, na preparação da Conferência Nacional do Partido sobre a Situação Económica e Social e na preparação do 11º Congresso da CGTP- IN.

Para que a nossa Organização corresponda a todos estes desafios, o **Organismo de Direcção propõe como principais linhas de trabalho para 2007: Reforço do Partido** - continuar o esforço de melhorar o funcionamento dos organismos. Realizar Plenários da Organização para que todos os militantes tenham possibilidade de participar pelo menos numa reunião mensal. Promover o aumento da participação dos militantes na actividade do Partido. Recrutar 6 trabalhadores em estruturas sindicais. Acompanhar o trabalho das ORT's. **Formação Ideológica** - continuar a participar nas acções de formação ideológica, nomeadamente participando na acção a promover pelo Sector Sindical. Participar no debate a promover pelo Sector Sindical sobre "Os trabalhadores e a globalização Capitalista". **Fundos** - continuar a trabalhar para atingir o objectivo de todos os militantes terem a sua quota em dia e melhorar a nossa participação nas campanhas de fundos. **Informação, Propaganda e Imprensa do Partido** - editar e distribuir 5 Boletins da Organização e ver a sua colocação na página da DORL na Internet. Continuar o esforço de aumento nº de Avantes e Militantes vendidos através das ADE's. Manter as distribuições regulares de documentos do Partido e a venda do Avante no Cais do Sodré. Fazer uma listagem dos endereços de email dos militantes em cada organismo para mais rapidamente a informação e divulgação das iniciativas e materiais do Partido. **Iniciativas** - promover uma iniciativa da nossa Organização comemorativa do 86º Aniversário do Partido.

Participar activamente na preparação e realização da Festa do Avante. Participar na iniciativa do Sector Sindical comemorativa do 90º Aniversário da Revolução de Outubro.

Distribuição de tarefas no OD:

Ana Bela Dinis - Célula do Inovinter
Ana Nascimento - Células do Salema (SINTAB e Hotelaria) e do STML
Anabela Vogado - Célula da USL. Informação e Propaganda (Boletim e publicações)
António Areosa - Células do SITAVA e do Sind. F. Pública Sul e Açores. Militantes dos Sinds. Gráficos e Rodoviários
Catarina Morais - Célula das Federações c/ **Joaquim Correia**. Fundos. Organização
Cristina Afonso - Célula do SIESI
Eunice Silva - Célula dos Douradores e Militantes do Sind. C. Civil. Festa do Avante
Fernando Maurício - Célula da CGTP-IN
Isabel Camarinha - Organismo de Direcção. Célula do CESP e Militantes do SPGL
Miguel Vidigal - Célula do STAL. ORT's.

A nossa camarada **Lourdes Alcobia** deixou de integrar o OD, do qual fez parte durante muitos anos, dando um muito valioso contributo para o desenvolvimento da nossa actividade e para o trabalho de direcção na nossa organização, por ter passado à situação de reformada.



É com grande satisfação que continuaremos a contar com a sua colaboração no Sector Sindical, onde a camarada continuará a desenvolver a sua actividade partidária, assumindo novas tarefas.

O ano de 2006 ficou marcado por uma intensa, alargada e persistente luta dos trabalhadores e das populações na exigência da mudança de políticas, com destaque para o grandioso Protesto Geral de 12 de Outubro.



Neste início de 2007 mantém-se e aprofunda-se a ofensiva global que visa a reconfiguração do papel do Estado e a privatização das suas funções através de um intenso caudal de políticas anti-sociais e antipopulares que - em completa submissão dos interesses nacionais ao grande capital nacional e internacional e beneficiando também do total estímulo e apoio por parte do Presidente da República, confirma-se como elemento central da ofensiva mais geral que visa a liquidação das principais conquistas da Revolução de Abril e do Povo Português que a Constituição da República consagra.

A ofensiva desencadeada pelo Governo projecta a completa desregulamentação das leis laborais - veja-se a intenção de liberalizar os despedimentos com a introdução da chamada "flexi-segurança" - e a intensificação dos níveis de exploração dos trabalhadores, da precariedade e do desemprego com o agravamento das injustiças e desigualdades sociais, o abandono das populações e a crescente concentração da riqueza e da propriedade.

Os resultados destas políticas, pese o optimismo balofo e propagandístico do

Governo, estão bem visíveis nos indicadores económicos, mas são sobretudo sentidos pela generalidade do povo português, com a brutal subida do custo de vida, a contenção salarial, as elevadas taxas de desemprego e precariedade.

Persiste o ataque aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública e às funções sociais do Estado, mais não visando que o seu desmantelamento; estão bem à vista as consequências do Código do Trabalho como o bloqueio à contratação colectiva e a tentativa de generalização dos contratos individuais de trabalho; foi aprovada e promulgada a Lei de Bases da Segurança Social contra a qual é imprescindível continuar a luta, bem como contra a projectada destruição do Serviço Nacional de Saúde e do Sistema Público de Ensino.

No próximo dia 2 de Março os trabalhadores portugueses vão sair à rua uma vez mais para manifestar o seu profundo descontentamento pela política de direita do governo do PS e exigir a mudança de políticas.

Estamos certos que os trabalhadores das estruturas sindicais, tal como em 12 de Outubro, também no dia 2 de Março responderão participando massivamente na acção nacional de luta convergente convocada pela CGTP-IN!



2 MARÇO - 14h30 Lisboa

**Juntos
pela mudança de políticas**

28 de Março MANIFESTAÇÃO DA JUVENTUDE TRABALHADORA

O Dia Nacional da Juventude será, uma vez mais, um dia nacional de luta dos jovens trabalhadores.



Com concentração às 14h30 no Rossio, em Lisboa, os jovens trabalhadores estarão em luta contra o trabalho precário e os baixos salários, pelo respeito das categorias e carreiras profissionais, contra o bloqueio da negociação colectiva e a desregulamentação da legislação laboral, contra a elevada taxa de desemprego juvenil e a insuficiente formação inicial e contínua.

*

4ª Conferência da CGTP-IN sobre Organização Sindical

Realizou-se no dia 26 de Janeiro a 4ª Conferência da CGTP-IN sobre Organização Sindical. Sob o lema "Dar mais força aos sindicatos, organização e acção mais eficazes nos locais de trabalho", a Conferência, que contou com a participação de cerca de 500 delegados, procedeu à análise dos problemas que afectam a capacidade de luta dos sindicatos e das medidas que permitam o reforço da organização sindical e da acção reivindicativa dos trabalhadores.

De referir que no capítulo relativo à reestruturação, inovação administrativa e gestão financeira do documento final é apontada, entre outras medidas, "a implementação a curto prazo da **formação sindical e profissional dos trabalhadores das associações sindicais**".

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE É necessário romper com o federalismo, o militarismo e o neo-liberalismo!

20 Anos depois da adesão, Portugal vive um período extremamente difícil, com uma intensificação do ataque generalizado do governo e do patronato aos direitos dos trabalhadores e às funções sociais do estado, alcançados com o 25 de Abril e que são estratégicos em áreas como a saúde, a educação e a segurança social. Esta ofensiva é inseparável da integração do país na UE. Ela desenvolve-se sob o pretexto do cumprimento de políticas, directivas e orientações comunitárias, servindo os grandes grupos económicos e financeiros.

Para além do verdadeiro "ajuste de contas" com as conquistas de Abril, a adesão à CEE/UE tem vindo a permitir a alienação das alavancas fundamentais ao desenvolvimento do país, sobretudo ao nível dos instrumentos de política económica. O Mercado Interno, a União Económica e Monetária e o Euro conduziram à perda do nosso controlo sobre a política monetária. Mas é principalmente o processo de convergência nominal, com a austeridade orçamental e os critérios do famigerado Pacto de Estabilidade que têm contribuído para a grave situação económica e social portuguesa, particularmente séria na área do emprego e dos salários. Esse Pacto tem sido o maior álbi dos governos do PS, PSD e PSD/CDS para desenvolverem as suas vergonhosas políticas de direita.

Da Estratégia de Lisboa ao Processo de Bolonha, à PAC e à Política de Pescas, tudo tem servido à UE e aos seus governos para aprofundar o neo-liberalismo e a ofensiva anti-social e antipopular.

Efectivamente, a integração europeia nunca foi um processo neutro, bem pelo contrário, tem-se afirmado, cada vez mais, como um poderoso instrumento de classe do grande

capital na Europa. O federalismo e o militarismo que, no plano institucional, ficaram claramente consagrados no projecto de Tratado Constitucional - em boa hora derrotado pelo voto dos povos de França e da Holanda - contribuem para a Europa enquanto bloco político - militar neo-liberal. E é a aliança estratégica entre os partidos e forças da direita e da social-democracia que governam os estados-membros que tem garantido politicamente este processo.



O PCP luta, há muito, por uma alternativa às políticas de integração europeia, em defesa de uma outra Europa, uma Europa de cooperação entre estados soberanos e iguais em direitos, de progresso, de paz e de solidariedade com todos os povos do mundo. Neste sentido se pronunciou o Encontro Nacional do PCP sobre os 20 anos de adesão de Portugal à CEE/UE, realizado no passado dia 16 de Dezembro.

Entretanto, o governo PS/Sócrates e os seus arautos da comunicação (anti) social começam já a montar uma poderosa operação de propaganda e sedução em torno da Presidência Portuguesa da UE, no 2º semestre de 2007, prometendo grandes conferências e decisões do governo e da UE. Já conhecemos estas promessas e esta bela "música" de Presidências anteriores e do dia a dia das medidas políticas nacionais e europeias...

O que nós comunistas exigimos da Presidência Portuguesa é:

- Que não aceite que se retome a dita "Constituição Europeia";
- Que intervenha para que se substitua o Pacto de Estabilidade por um verdadeiro Pacto de Crescimento e Progresso Social;
- Que contribua para se pôr fim aos processos de destruição dos serviços públicos;
- Que contribua para que se crie mais e melhor emprego;
- Que contribua para que sejam apresentadas propostas que defendam os direitos e interesses dos trabalhadores e dos povos;
- Que promova a paz e a cooperação, respeitando os direitos dos povos à soberania, à independência e ao desenvolvimento.



**A 11 de Fevereiro,
Vota SIM à Despenalização!**

(continuação da 1ª pág.)

SIM, porque só em estabelecimentos de saúde legalmente autorizados as mulheres verão reduzidos os riscos para a sua saúde; porque, segundo dados fornecidos pela Direcção Geral de Saúde (a pedido do Grupo Parlamentar do PCP), entre 2001-2005, 5 615 mulheres tiveram internamento hospitalar identificado como consequência de abortos clandestinos e 28 545 tiveram internamento identificado como aborto espontâneo, dos quais a DGS estima que cerca de metade sejam, na verdade, abortos clandestinos.

SIM, porque a criminalização do aborto não dissuade nem nunca dissuadiu as mulheres de o praticarem; porque quando as mulheres

recorrem ao aborto, fazem-no independentemente das idades e das classes sociais. A confirmá-lo estão cerca de 9 000 portuguesas que, entre 1996 e 2002, recorreram - porque tinham recursos económicos para o fazer - a clínicas privadas espanholas para interromper a gravidez.

Porque queremos pôr fim à continuada sujeição das mulheres ao aborto clandestino, porque queremos pôr fim à criminalização e humilhação de que têm sido alvo

Dia 11 de Fevereiro
VOTAR...PARA MUDAR A LEI!

SIM!



**ABORTO CLANDESTINO EXISTE:
É URGENTE MUDAR A LEI!**

COMÍCIO

DIA 07 de FEVEREIRO
Quarta-feira, 21h00
Fórum Lisboa

com
Jerónimo de Sousa
Secretário-Geral do PCP